

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aos cuidados do Sr. Agente de Contratação

Ref.: Pregão Eletrônico nº 19/2025

Objeto: “EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E LUBRIFICANTES - SRP”, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

COSTA'S COMERCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº 11.807.808/0001-00, com sede RUA: GRACILIANO RAMOS, nº546, Bairro: PARQUE HOTEL, na cidade de ARARUAMA, por intermédio de seu representante legal, o Sr. ARTUR DOS SANTOS COSTA, portador do CPF nº 110425967-27, neste ato representada por seu sócio administrador subscrevente, com fulcro no art . 165 da Lei 14.133/2021, vem perante a V.Exª interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO EM PROCESSO LICITATÓRIO

Dos Fatos

No dia 28/04/2025, às 09:00, data e horário marcado para a abertura da sessão, a licitante COSTA'S COMERCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, participante do certame, participava com suas propostas, em observância ao que exigia o Edital em referência.

Ocorre que, no decurso da sessão, ao declarar os arrematantes e a habilitação dos mesmos, eis que as empresas **PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA, JZ MERCANTIL LTDA, EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA, ANDRE L T DE SOUZA**

COMERCIO E REPRESENTACAO tiveram seus respectivos documentos de habilitação aceitos equivocadamente pelo Ilustre pregoeiro, conforme passaremos a expor:

Com relação à documentação apresentada pela empresa **PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA:**

1. O Contrato social apresentado não apresenta-se registrado na junta comercial, estando em desacordo com o item 9.3.1, g);
2. A documentação apresentada para fins de comprovação de inscrição municipal, qual seja ficha de dados cadastrais municipal, encontra-se vencida desde 23/04/2025, estando em desacordo com os itens 9.4 e 9.20 do edital.

Com relação à documentação apresentada pela empresa **JZ MERCANTIL LTDA:**

1. Para o item 12 não definiu a marca ofertada, apresentando somente o nome LUB, o que não identifica a marca que se pretende entregar;
2. O atestado de capacidade técnica apresentado não apresenta a identificação da pessoa que subscreve, nem para qual secretaria forneceu, não apresentando elementos suficientes para a averiguação em possível sede de diligência;
3. A proposta final apresentada apresenta divergência na validade da mesma, indicando prazo de 60 dias e de 90 dias.

Com relação à documentação apresentada pela empresa **EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA:**

1. Os modelos indicados para todos os itens que participou se remetem à sua marca, identificando assim sua proposta, estando em desacordo com o item 6.1.4:

6.1.4 Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar

o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

2. As atividades previstas no contrato social, CNPJ, e Alvará são somente para fabricação, não contemplando comércio, estando assim em desacordo com os itens 9.3.3, 9.3.1 e 9.5 do Edital;
3. A certidão negativa de débitos municipais apresentada não contempla débitos inscritos em dívida Ativa, e não apresentou certidão de dívida ativa municipal, estando em desacordo com o item 9.3.6 do edital:

*9.3.6 Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante)**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante (grifei)*

Com relação à documentação apresentada pela empresa **ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO:**

1. O Alvará apresentado para fins de comprovação de inscrição municipal não inclui a atividade de comércio de lubrificantes ou outro compatível, estando em desacordo com o item 9.3.3 do edital;
*9.3.3 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal**, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado*
2. Não apresentou a certidão de tributos municipais e nem de dívida ativa municipal, estando em desacordo com o item 9.3.6 do edital:

*1.3.6 Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante)**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa*

Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

3. Não apresentou a certidão simplificada comprovando o seu enquadramento, estando em desacordo com o item 9.3.14 do edital:

3.3.6 *Para fins de comprovação quanto ao enquadramento da empresa, a mesma deverá apresentar a Certidão Simplificada, ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 180 (cento e oitenta) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP). Fica facultado para as empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, a comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), através de consulta junto ao site da JUCERJA pelo link: <https://www.jucerja.rj.gov.br/Servicos/SituacaoCadastralEmpresas>*

Da Fundamentação Legal

Conforme mencionado na precedência, decidiu-se pela Classificação e Habilitação das empresas **PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA, JZ MERCANTIL LTDA, EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA, ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO** em manifesto equívoco cometido pelo Agente de Contratação, descumprindo o previsto em edital, o que maculou o certame em tela.

Nos dizeres do Ilustríssimo Hely Lopes Meirelles, “*a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula a seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41).*” (Direito Administrativo Brasileiro. São

Paulo, Malheiros, 2003, p. 266) (G.n.).”

De acordo com a Lei 14.133/2021, deverá ser observado, dentre outros o Princípio da vinculação ao edital:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).
(grifamos)*

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Deve-se interpretar os preceitos do ato convocatório em conformidade com as leis e a Constituição. Afinal, é ato concretizador e de hierarquia inferior a essas. Antes de observar o Edital e condicionar-se a ele, os licitantes devem verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade.

Alocamos o Edital como derradeiro instrumento normativo da licitação, pois regramenta as condições específicas de um dado certame, afunilando a Constituição, as leis, e atos normativos outros infralegais. Porém, não poderá contraditá-los. Afinal, o Edital, diríamos, antes da execução contratual, seria o derradeiro ato de substancialização da Constituição e das Leis.

Destacamos o seguinte: o Edital do certame não pode ir de encontro com as leis que tratam do mesmo assunto em virtude da hierarquia existente. Deve tratar tão somente de coisas específicas relativas ao certame. Deve, ainda, haver total intersecção com as normas de hierarquia superior. Não pode tratar, portanto, de assuntos que imponham obrigações e deveres não constantes nas leis em virtude do

inciso II do art. 5º da Constituição Federal. Os Editais também não podem tratar de forma distinta a atividade econômica legalmente regulamentada. A empresa, como atividade econômica, possui regras, e tais não podem ser interpretadas ou tratadas de forma distinta pelo Edital. Referido princípio impõe à Administração não aceitar qualquer proposta que não se enquadre nas exigências do ato convocatório, desde que tais exigências tenham total relação ou nexos com o objeto da licitação, bem como com a lei e a Constituição. Vejamos que esta é essência do princípio.

Apesar da vinculação do licitante ao Edital, verificamos que, decorrente do princípio da legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório é uma regra que tem mais imposição à própria Administração, em vista de ser um ato criado praticamente de forma unilateral por esta. Significa que as regras estipuladas no edital que infrinjam direitos dos interessados deverão ser rechaçadas. Se tais regras obrigarem tão somente a Administração, esta deverá observá-las de forma estrita, pois não poderá alegar ou voltar a norma em benefício próprio decorrente da própria torpeza, pois criou-a de forma unilateral.

Qualquer erro que favoreça, por exemplo, o licitante, a Administração não poderá, opinativamente, argumentar efeitos retroativos, haja vista a boa-fé e a culpa única e exclusiva da Administração.

O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma incorreta pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado

para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288):

“Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ‘ a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada’ (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”.

O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou:

Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)”(Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs.

417/420).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere. Desta forma percebe-se a quebra do nexo de relação entre o Edital e suas exigências e a habilitação das empresas **PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA, JZ MERCANTIL LTDA, EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA, ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO**, ensejando a desvinculação ao ato convocatório. Logo, haverá quebra de referido princípio.

Diante dos fundamentos expostos, socorrendo-nos dos Princípios basilares da Administração Pública entendemos que a decisão do Ilustríssimo Sr. Agente de Contratação foi equivocada neste certame licitatório.

DOS PEDIDOS

Dessa forma requer, utilizando-se da prerrogativa da Autotutela, declare as empresas **PIRACAIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA, JZ MERCANTIL LTDA, EVOLUB: EVOLUCAO LUBRIFICANTES LTDA, ANDRE L T DE SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO DESCLASSIFICADAS e INABILITADAS** por não apresentar propostas e documentação de acordo com o edital, bem como convoque as empresas classificadas em sua devida ordem e sua análise quanto à documentação das empresas que ainda não passaram por essa fase no certame.

E ainda, caso não seja dado provimento ao presente, o encaminhamento deste à autoridade Superior como Recurso Hierárquico para sua análise e julgamento.

Nestes Termos
P. Deferimento.

Rio Bonito, 02 de maio de 2025.